

# A HERANÇA DA RIO+20

Fernando Lagares Távora<sup>1</sup>

## I. Panorama da Rio+20

Vinte anos depois da histórica Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Cúpula da Terra, Rio 92 ou Eco 92, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada entre 20 e 22 de junho de 2012. Essa Conferência foi o ponto alto de um conjunto amplo de eventos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro durante o período de 13 a 22 de junho de 2012, tais como Rio Clima<sup>2</sup>, Cúpula dos Povos<sup>3</sup>, Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável<sup>4</sup>, Cúpula dos Legisladores<sup>5</sup>. Os Quadros I a IV, ao fim deste capítulo, sintetizam as principais recomendações desses quatro eventos.

Em 1992, o mundo se voltou para o debate sobre sustentabilidade, cujo principal objetivo era buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e preservação dos ecossistemas da Terra. Dessa cimeira emergiram documentos-princípios para preservação de florestas, para formulação de políticas sobre biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas, em especial, e a Agenda 21, espécie de guia para elaboração de políticas voltadas para preservação do meio ambiente.

A Rio+20, por sua vez, tinha por objetivo assegurar um comprometimento político renovado com o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais

---

<sup>1</sup> Engenheiro Civil e Mestre em Economia do Setor Público, pela Universidade de Brasília, Brasil. *Ingeniuer (Ir.)*, *MSc in Management Economics and Consumer Studies*, pela Wageningen University, Holanda. Consultor Legislativo do Senado Federal. E-mail: tavora@senado.gov.br.

<sup>2</sup> *The Rio Climate Challenge*, ver detalhes em <http://www.brasilnoclima.org.br/>. Acesso em 26/6/2012.

<sup>3</sup> Cúpula dos Povos, ver detalhes em <http://cupuladospovos.org.br/>. Acesso em 26/6/2012.

<sup>4</sup> *Sustainable Development Dialogue*, vide <http://www.uncsd2012.org/rio20/sddialoguedays.html>. Acesso em 2/7/2012.

<sup>5</sup> *World Summit of Legislators*, ver detalhes em <http://www.globeinternational.org/>. Acesso em 26/6/2012.

encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes, tendo como focos *a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável* e como questões centrais para o debate os seguintes temas:

- Tema 1 – Comércio e economia verde;
- Tema 2 – Opções de fortalecimento da Infraestrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável (*Institutional framework for sustainable development – IFSD*);
- Tema 3 – IFSD: questões relacionadas a um organismo intergovernamental;
- Tema 4 – Oceanos;
- Tema 5 – Cidades sustentáveis;
- Tema 6 – Ideias atuais sobre os objetivos em desenvolvimento sustentável e indicadores;
- Tema 7 – Os empregos verdes e a inclusão social;
- Tema 8 – Reduzindo riscos de desastres e aumentando a resiliência;
- Tema 9 – Segurança alimentar e agricultura sustentável;
- Tema 10 – Governança a nível regional, nacional e local para desenvolvimento sustentável;
- Tema 11 – Água;
- Tema 12 – Ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável;
- Tema 13 – Transporte de baixo carbono em economias emergentes e em desenvolvimento sustentável;
- Tema 14 – Dinâmica populacional e desenvolvimento sustentável; e
- Tema 15 – Migração e desenvolvimento sustentável.

Grande expectativas foram erguidas em relação aos resultados da Rio+20, sobretudo acerca da criação de um ambiente mais propício para governança global em matérias ambientais, pela possibilidade de criação de mecanismos para adoção de uma Economia Verde e para ações mais efetivas para combate à pobreza.

Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal

CEP: 70165-900 — Brasília DF

Telefones: +55 (61) 3303.5879 / 5880

E-mail: [conlegestudos@senado.gov.br](mailto:conlegestudos@senado.gov.br)

Os boletins do Legislativo estão disponíveis em:  
[www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim\\_do\\_legislativo.html](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim_do_legislativo.html)

Núcleo de Estudos  
e Pesquisas

Consultoria  
Legislativa



Uma série de fatores influenciou os resultados da Rio+20 e, de certo modo, acentua grande diferença desta Cúpula com a Rio 92: i) contexto histórico favorável de 1992; ii) cenário econômico degradado de 2012 e iii) disposição e restrições dos países a negociarem.

O contexto internacional da Rio 92 foi muito propício para grandes avanços: os países desenvolvidos estavam com bom ritmo de crescimento. Os Estados Unidos da América (EUA) viviam um momento melhor do que o atual e a União Europeia estava com cronograma adiantado para maior integração dos países do continente; a Ásia via o Japão com fôlego e capacidade de investimento e a China consolidava seu papel hegemônico como importante ator no comércio internacional.

A América Latina, ainda com problemas econômicos e políticos, caminhava para um momento de maior desenvolvimento institucional e dava passos largos à democracia, com as tradicionais idas e vindas.

O Brasil não vivia ainda a tão sonhada estabilidade macroeconômica, que viria a partir do Plano Real de 1994, e das subsequentes medidas complementares de política econômica como a adoção de Metas de Inflação, Controle Creditício e Responsabilidade Fiscal. Por outro lado, o País vivia um ambiente de euforia com fim da ditadura militar, com a promulgação de uma nova constituição e a eleição do primeiro presidente da República civil desde 1960, mas não dispunha de capacidade de liderança consolidada em nível internacional.

No contexto atual, a crise financeira latente em 2012, iniciada em 2008, e incendiada pela crise da taxa *prime* nos EUA, pela crise dos preços internacionais das *commodities* agrícolas, por vultosos gastos de guerras por parte de muitos países, revoltas políticas em várias partes do mundo e mesmo desastres naturais levaram a um cenário de maior dificuldade de negociação para transição para um desenvolvimento mais sustentável.

A União Europeia sofre com o socorro a vários países, como Grécia e Espanha, e espera por um momento em que poderá sair do sufoco que ronda as finanças de seus membros, o que pode pôr em risco mesmo a existência da própria União<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Até o fim da Rio+20 não havia sido assinado acordo para saneamento do sistema bancário Europeu.

Os EUA vivem um ano eleitoral, com crise econômica severa, que insiste em persistir, e, adicionalmente, apresenta dificuldades históricas para assumir compromissos para migrar para uma economia menos dependente de fontes fósseis<sup>7</sup>.

O Japão vem se recuperando do tsunami de 2011 e dos estragos dos vazamentos nucleares. A China vem lutando para manter o crescimento econômico e procurando proceder às reformas administrativas estruturantes que o país deseja para poder distribuir, de forma mais igualitária, benefícios para seus cidadãos.

O Brasil, diferentemente de 1992, vive um bom momento econômico, à espera da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, dispõe de mais liderança em nível internacional, mas não dispõe de força econômica para ser um agente mais promotor de investimentos e desenvolvimento em escala mundial.

Sob essas perspectivas: mudança de contexto histórico internacional e múltiplas crises, inclusive energética, surgiram questões naturais que dificultaram uma negociação mais efetiva. Os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o G77<sup>8</sup>, outros países em desenvolvimento, membros de outros acordos internacionais, EUA, União Europeia, outros países desenvolvidos, e ainda outros agentes agiram estrategicamente para persecução de seus objetivos, o que no contexto internacional fragilizado limitou resultados que pudessem ser considerados mais palpáveis.

A crise econômica pressiona os ricos a não assumirem compromissos econômicos. Os países em desenvolvimento não dispõem de condições para promoverem a transição para uma Economia Verde, em que financiamento e transferência de tecnologia são essenciais. Alguns países alegam que adoção de determinadas medidas ambientais poderiam pôr em risco sua competitividade. Isso acaba gerando um círculo vicioso que freia a possibilidade de um acordo mais propositivo, mais incisivo e mais progressivo.

<sup>7</sup> Durante a Rio+92 ainda não havia sido definida, na Suprema Corte americana, a questão da nova lei de saúde americana. Essa lei representava questão crucial da política do Presidente Barack Obama e representava sua prioridade política.

<sup>8</sup> São compostos por países em desenvolvimento. Atualmente, o G77 é composto por 132 países. A lista de membros pode ser vista em: <http://www.g77.org/doc/members.html> Acesso: 25/6/2012.

Sob esse cenário, o que se põe é saber até que ponto o documento consubstanciado no “O futuro que queremos<sup>9</sup>” representa um acordo pouco ambicioso ou fracassado, como propalado por vários segmentos sociais e da mídia, ou, por outro lado, se o texto pode ser visto como o ponto de partida para avanço na área de sustentabilidade.

Com fim de avaliar essa questão, o presente texto analisa, na seção seguinte, os principais resultados contemplados no documento final da Conferência e, quando possível, contrasta-os com alguns resultados que eram previamente esperados da Rio+20 e, também, apresenta grandes dados, na forma de quadros, para contextualização das discussões. Por fim, a última seção, a guisa de conclusão, apresenta reflexões sobre os efeitos que resultados da Rio+20 ainda poderão surtir no longo prazo.

<b>Quadro I</b> <b>Recomendações: Rio Clima (<i>The Rio Climate Challenge</i>) para a Rio+20</b>
<p>1 – Economia Verde</p> <p>1.1 – Rever o PIB(Produto Interno Bruto) enquanto principal indicador da economia e construir uma nova métrica incorporando variáveis qualitativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.</p> <p>1.2 – Atribuir valor econômico a serviços ambientais prestados pelos ecossistemas.</p> <p>1.3 – “New Deal verde”: um massivo investimento público de governos e instituições multilaterais em energias limpas, recuperação ambiental e geração de emprego, como caminho de saída da presente crise</p> <p>1.4 – Substituir sistemas tributários e de subsídios por outros vinculados à intensidade de carbono. Eliminar subsídios aos combustíveis fósseis, estabelecendo mecanismos de compensação social direta para fazer frente a suas consequências diretas e indiretas sobre a economia familiar.</p> <p>1.5 – Reforma do sistema financeiro internacional mediante um “Bretton Woods” do baixo carbono, instituindo mecanismos e produtos capazes de atrair o capital financeiro internacional para uma economia produtiva de baixo carbono.</p> <p>Essas ações devem se articular com outras destinadas a estabelecer mecanismos</p>

<sup>9</sup> “The Future we want”, disponível em: <http://www.uncsd2012.org/rio20/thefuturewewant.html>. Acessado em 25/6/2012.

internacionais justos e eficientes de transferência de tecnologias e um mecanismo coletivo para a aquisição de patentes de tecnologias limpas “genéricas” para transferência aos países mais pobres. Devem facilitar o investimento público e privado rumo à universalização do acesso à energia limpa e focar no financiamento para projetos de desenvolvimento resilientes às consequências futuras do aquecimento global. Devem promover a agricultura de baixo carbono e o manejo de ecossistemas.

## 2 – Governança

2.1 – Adotar uma métrica unificada para dar mais transparência às metas obrigatórias e objetivos nacionais voluntários no que diz respeito à redução de emissões de GEE e de um “termômetro-símbolo”, de grande visibilidade, nas ruas e praças de cidades de todo o mundo, que vá indicando diariamente a concentração de GEE na atmosfera e sua aproximação do limite de 450 ppm.

2.2 – Desenvolvimento de mecanismos internacionais para o Clima assentados em regras, verificação e responsabilização internacional.

2.3 – Ampliar a discussão da questão climática para outros foros do sistema da ONU como o Conselho de Segurança, a outros eventuais formatos de negociação, bem como, sua inclusão na agenda e na missão do G-20.

Fonte: Rio Clima (2012)

## Quadro II

### Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20

Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental

Em defesa dos bens comuns, contra a mercantilização da vida

Movimentos sociais e populares, sindicatos, povos, organizações da sociedade civil e ambientalistas de todo o mundo presentes na Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental vivenciaram nos acampamentos, nas mobilizações massivas, nos debates, a construção das convergências e alternativas, conscientes de que somos sujeitos de uma outra relação entre humanos e humanas e entre a humanidade e a natureza, assumindo o desafio urgente de frear a nova fase de recomposição do capitalismo e de construir, através de nossas lutas, novos paradigmas de sociedade.

A Cúpula dos Povos é o momento simbólico de um novo ciclo na trajetória de lutas globais que produz novas convergências entre movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores/as familiares e camponeses, trabalhadores/as, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, lutadores pelo direito à cidade e religiões de todo o mundo. As

Av. N2 Anexo “E” do Senado Federal

CEP: 70165-900 — Brasília DF

Telefones: +55 (61) 3303.5879 / 5880

E-mail: [conlegestudos@senado.gov.br](mailto:conlegestudos@senado.gov.br)

Os boletins do Legislativo estão disponíveis em:  
[www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim\\_do\\_legislativo.html](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim_do_legislativo.html)

Núcleo de Estudos  
e Pesquisas

Consultoria  
Legislativa



assembleias, mobilizações e a grande Marcha dos Povos foram os momentos de expressão máxima destas convergências.

As instituições financeiras multilaterais, as coalizações a serviço do sistema financeiro, como o G8/G20, a captura corporativa da ONU e a maioria dos governos demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta e promoveram os interesses das corporações na conferência oficial. Em contraste a isso, a vitalidade e a força das mobilizações e dos debates na Cúpula dos Povos fortaleceram a nossa convicção de que só o povo organizado e mobilizado pode libertar o mundo do controle das corporações e do capital financeiro.

Há vinte anos o Fórum Global, também realizado no Aterro do Flamengo, denunciou os riscos que a humanidade e a natureza corriam com a privatização e o neoliberalismo. Hoje afirmamos que, além de confirmar nossa análise, ocorreram retrocessos significativos em relação aos direitos humanos já reconhecidos. A Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global. À medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico-financeiro.

As múltiplas vozes e forças que convergem em torno da Cúpula dos Povos denunciam a verdadeira causa estrutural da crise global: o sistema capitalista patriarcal, racista e homofônico.

As corporações transnacionais continuam cometendo seus crimes com a sistemática violação dos direitos dos povos e da natureza com total impunidade. Da mesma forma, avançam seus interesses através da militarização, da criminalização dos modos de vida dos povos e dos movimentos sociais promovendo a desterritorialização no campo e na cidade.

Da mesma forma denunciemos a dívida ambiental histórica que afeta majoritariamente os povos oprimidos do mundo, e que deve ser assumida pelos países altamente industrializados, que, ao fim e ao cabo, foram os que provocaram as múltiplas crises que vivemos hoje.

O capitalismo também leva à perda do controle social, democrático e comunitário sobre os recursos naturais e serviços estratégicos, que continuam sendo privatizados, convertendo direitos em mercadorias e limitando o acesso dos povos aos bens e serviços necessários à sobrevivência.

A dita “economia verde” é uma das expressões da atual fase financeira do capitalismo que também se utiliza de velhos e novos mecanismos, tais como o aprofundamento do endividamento público-privado, o super-estímulo ao consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias, os mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros.

As alternativas estão em nossos povos, nossa história, nossos costumes, conhecimentos, práticas e sistemas produtivos, que devemos manter, revalorizar e ganhar escala como projeto



contra-hegemônico e transformador.

A defesa dos espaços públicos nas cidades, com gestão democrática e participação popular, a economia cooperativa e solidária, a soberania alimentar, um novo paradigma de produção, distribuição e consumo, a mudança da matriz energética, são exemplos de alternativas reais frente ao atual sistema agro-urbano-industrial.

A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos humanos e da natureza, pela solidariedade e respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos, como, por exemplo, a defesa do “Bem Viver” como forma de existir em harmonia com a natureza, o que pressupõe uma transição justa a ser construída com os trabalhadores/as e povos.

Exigimos uma transição justa que supõe a ampliação do conceito de trabalho, o reconhecimento do trabalho das mulheres e um equilíbrio entre a produção e reprodução, para que esta não seja uma atribuição exclusiva das mulheres. Passa ainda pela liberdade de organização e o direito a contratação coletiva, assim como pelo estabelecimento de uma ampla rede de seguridade e proteção social, entendida como um direito humano, bem como de políticas públicas que garantam formas de trabalho decentes.

Afirmamos o feminismo como instrumento da construção da igualdade, a autonomia das mulheres sobre seus corpos e sexualidade e o direito a uma vida livre de violência. Da mesma forma reafirmamos a urgência da distribuição de riqueza e da renda, do combate ao racismo e ao etnocídio, da garantia do direito a terra e território, do direito à cidade, ao meio ambiente e à água, à educação, à cultura, à liberdade de expressão e democratização dos meios de comunicação.

O fortalecimento de diversas economias locais e dos direitos territoriais garantem a construção comunitária de economias mais vibrantes. Estas economias locais proporcionam meios de vida sustentáveis locais, a solidariedade comunitária, componentes vitais da resiliência dos ecossistemas. A diversidade da natureza e sua diversidade cultural associada são fundamento para um novo paradigma de sociedade.

Os povos querem determinar para que e para quem se destinam os bens comuns e energéticos, além de assumir o controle popular e democrático de sua produção. Um novo modelo energético está baseado em energias renováveis descentralizadas e que garanta energia para a população e não para as corporações.

A transformação social exige convergências de ações, articulações e agendas a partir das resistências e alternativas contra-hegemônicas ao sistema capitalista que estão em curso em todos os cantos do planeta. Os processos sociais acumulados pelas organizações e movimentos sociais que convergiram na Cúpula dos Povos apontaram para os seguintes eixos de luta:

- Contra a militarização dos Estados e territórios;
- Contra a criminalização das organizações e movimentos sociais;

Av. N2 Anexo “E” do Senado Federal

CEP: 70165-900 — Brasília DF

Telefones: +55 (61) 3303.5879 / 5880

E-mail: [conlegestudos@senado.gov.br](mailto:conlegestudos@senado.gov.br)

Os boletins do Legislativo estão disponíveis em:  
[www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim\\_do\\_legislativo.html](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim_do_legislativo.html)

Núcleo de Estudos  
e Pesquisas

Consultoria  
Legislativa





- Contra a violência contra as mulheres;
- Contra a violência às lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros;
- Contra as grandes corporações;
- Contra a imposição do pagamento de dívidas econômicas injustas e por auditorias populares das mesmas;
- Pela garantia do direito dos povos à terra e ao território urbano e rural;
- Pela consulta e consentimento livre, prévio e informado, baseado nos princípios da boa fé e do efeito vinculante, conforme a Convenção 169 da OIT;
- Pela soberania alimentar e alimentos saudáveis, contra agrotóxicos e transgênicos;
- Pela garantia e conquista de direitos;
- Pela solidariedade aos povos e países, principalmente os ameaçados por golpes militares ou institucionais, como está ocorrendo agora no Paraguai;
- Pela soberania dos povos no controle dos bens comuns, contra as tentativas de mercantilização;
- Pela mudança da matriz e modelo energético vigente;
- Pela democratização dos meios de comunicação;
- Pelo reconhecimento da dívida histórica social e ecológica;
- Pela construção do DIA MUNDIAL DE GREVE GERAL.

Voltemos aos nossos territórios, regiões e países animados para construirmos as convergências necessárias para seguirmos em luta, resistindo e avançando contra o sistema capitalista e suas velhas e renovadas formas de reprodução.

Em pé, continuamos em luta!

Fonte: Cúpula dos Povos (2012)

### Quadro III

#### Recomendações dos “Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável” da Rio+20 aos chefes de Estado<sup>10</sup>

##### Cidades Sustentáveis e Inovação

- Promover o uso de dejetos como fonte de energia renovável em ambientes urbanos.

<sup>10</sup> Essas são as dez recomendações escolhidas pelos Internautas de todo o mundo, que votaram nas cem recomendações debatidas nos “Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável” durante a Rio+20.

## **A Economia do Desenvolvimento Sustentável, incluindo Padrões Sustentáveis de Produção e Consumo**

- Eliminar progressivamente os subsídios danosos e promover mecanismos fiscais verdes.

## **Desenvolvimento Sustentável como Resposta às Crises Econômicas e Financeiras**

- Promover reformas fiscais que encorajem a proteção ambiental e beneficiem os mais pobres.

## **Energia Sustentável para Todos**

- Tomar medidas concretas para eliminar subsídios a combustíveis fósseis.

## **Desemprego, Trabalho Decente e Migrações**

- Colocar a educação no centro da agenda dos objetivos para o desenvolvimento sustentável.

## **Água**

- Assegurar o suprimento de água por meio da proteção da biodiversidade, dos ecossistemas e das fontes de água.

## **Segurança Alimentar e Nutricional**

- Promover sistemas alimentares que sejam sustentáveis e contribuam para melhoria da saúde.

## **Desenvolvimento Sustentável para o Combate à Pobreza**

- Promover a educação em nível global para erradicar a pobreza e atingir o desenvolvimento sustentável.

## **Florestas**

- Restaurar, até 2020, 150 milhões de hectares de terras desmatadas ou degradadas.

## **Oceanos**

- Evitar poluição dos oceanos pelo plástico por meio da educação e da colaboração comunitária.

Fonte: ONU (2012-B)

## Quadro IV

### Protocolo da Cúpula Mundial dos Legisladores na Rio+20

Em busca da concretização dos objetivos tanto da Cúpula da Terra de 1992, no Rio, como da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, África do Sul, em 2002, e tendo em mente os objetivos da Cúpula Rio+20, tais quais definidos pelas Nações Unidas, a saber:

- A renovação dos compromissos políticos dos países com o desenvolvimento sustentável,
- A avaliação do progresso nesta área, e
- A identificação dos gargalos e novos desafios de implementação das ações previstas nas conferências anteriores,

Ao reiterar nosso compromisso com os princípios inscritos na Declaração do Rio de 1992 sobre meio ambiente e desenvolvimento, inclusive as responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Ao reconhecer a contínua necessidade de capacitação, assistência tecnológica e financeira aos países em desenvolvimento.

Ao reconhecer que, embora alguns avanços tenham sido realizados desde 1992, a implementação dos objetivos acordados não foi unívoca até o momento,

Ao lamentar a falta de reconhecimento apropriado do papel singular dos legisladores na busca e na implementação do desenvolvimento sustentável em cada uma destas conferências,

Ao ressaltar que a implementação dos objetivos originais do Rio foi dificultada pela ausência de três elementos-chave:

- A transposição efetiva dos objetivos do Rio em legislação nacional,
- Uma estrutura eficaz de monitoramento que favorecesse a prestação de contas por parte dos governos, no que tange aos objetivos acordados no Rio,
- O engajamento pleno e efetivo de Ministérios da Fazenda, de Finanças e de Economia,

Ao reconhecer o papel dos legisladores de:

- Desenvolvimento, aprovação e monitoramento da implementação de legislações nacionais,
- Fiscalização e controle do desempenho dos governos e aumento do seu nível de ambição,
- Aprovação de orçamentos e contas nacionais,

Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal

CEP: 70165-900 — Brasília DF

Telefones: +55 (61) 3303.5879 / 5880

E-mail: [conlegestudos@senado.gov.br](mailto:conlegestudos@senado.gov.br)

Os boletins do Legislativo estão disponíveis em:  
[www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim\\_do\\_legislativo.html](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim_do_legislativo.html)

Núcleo de Estudos  
e Pesquisas

Consultoria  
Legislativa



- Avanço da abordagem do capital natural no âmbito dos respectivos países,
- Fomento de debates e da educação sobre o desenvolvimento sustentável com justiça social e respeito à diversidade cultural, conforme a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco, e
- Promoção da diplomacia parlamentar em questões de desenvolvimento sustentável,

Ao reconhecer as boas práticas vigentes em nossos países, inclusive em nível subnacional e das cidades, bem como o valor e a importância de enfatizar e divulgar essas boas práticas,

Nós, legisladores de 85 países, reunimo-nos na ocasião da primeira “Cúpula Mundial de Legisladores”, no Rio de Janeiro, de 15 a 17 de junho de 2012, e

Comprometemo-nos a:

- Renovar o compromisso político dos países com o desenvolvimento sustentável, levando em consideração as três dimensões principais: o crescimento econômico, a proteção ambiental e a justiça social;
- O princípio do não retrocesso no direito ambiental;
- Fortalecer a governança para o desenvolvimento sustentável nos níveis internacional, regional e local;
- Fortalecer a resposta legislativa em nossos respectivos parlamentos para atingir os objetivos do Rio;
- Fortalecer nosso comprometimento com políticas públicas sobre desenvolvimento sustentável e uma economia verde inclusiva, respeitando a soberania nacional;
- Trazer para o centro dos debates na formulação de políticas a redução dos riscos de desastre;
- Promover ou apoiar políticas públicas de erradicação da pobreza;

No contexto do desenvolvimento sustentável:

- Incentivar a inclusão do Capital Natural nas contas nacionais de nossos respectivos países;
- Fazer avançar legislação que integre a abordagem do Capital Natural na análise de políticas e no processo decisório;
- Desenvolver um plano de controle por parte dos legisladores nacionais para fiscalizar nossos governos e seus compromissos em relação à Conferência do Rio, bem como na forma de eles interagirem nos processos internacionais e com as agências das Nações Unidas sobre o tema do desenvolvimento sustentável, inclusive o início dos debates em nossos legislativos, pelo menos anualmente para avaliar o progresso da implementação dos objetivos do Rio; e
- Reunir-nos, a cada dois anos, no Rio de Janeiro, Brasil, na Cúpula Mundial de

Av. N2 Anexo “E” do Senado Federal

CEP: 70165-900 — Brasília DF

Telefones: +55 (61) 3303.5879 / 5880

E-mail: [conlegestudos@senado.gov.br](mailto:conlegestudos@senado.gov.br)

Os boletins do Legislativo estão disponíveis em:  
[www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim\\_do\\_legislativo.html](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim_do_legislativo.html)

Núcleo de Estudos  
e Pesquisas

Consultoria  
Legislativa



Legisladores com o intuito de:

- Destacar e compartilhar as melhores práticas legislativas;
- Relatar o progresso nacional frente a cada um dos objetivos da Cúpula Mundial de Legisladores em relação ao avanço da legislação e ao fortalecimento do controle; e
- Debater novas estratégias internacionais para o desenvolvimento sustentável, ao passo que

Recomendamos que os governos ratifiquem o Protocolo de Nagoya, e

Convocamos os governos a apoiar a iniciação do processo da Cúpula de Legisladores, de modo a reconhecê-lo no documento final da Rio+20, bem como a apoiar os legisladores em seus esforços de promulgação de leis e de fortalecimento da fiscalização e do controle da implementação dos compromissos assumidos no Rio pelos governos.

Fonte: Cúpula Mundial dos Legisladores (2012)

## II. Resultados da Rio+20

Em primeiro lugar, cabe a constatação geral de que o documento é muito exortativo (reconhecemos, reafirmamos, enfatizamos, destacamos, notamos, afirmamos, etc.) e muito pouco propositivo, ou seja, com poucas medidas realmente eficazes para construção de políticas públicas mais consistentes nos mais variados níveis de governo.

O documento final renova os compromissos com o desenvolvimento sustentável, considerando a questão intergeracional, o fortalecimento da governança institucional (efetiva, transparente e democrática) e a necessidade de se erradicar a pobreza, a fome e as doenças evitáveis.

Para esses objetivos devem ser integrados, de forma balanceada, os três aspectos do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. Foram renovados os compromissos políticos estatuídos, entre outros, nas Declarações de Estocolmo e do Rio, na Agenda 21, no Plano de Implementação de Johannesburgo, nas Convenções de Mudança Climática, Diversidade Biológica, Combate à Desertificação, e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal

CEP: 70165-900 — Brasília DF

Telefones: +55 (61) 3303.5879 / 5880

E-mail: [conlegestudos@senado.gov.br](mailto:conlegestudos@senado.gov.br)

Os boletins do Legislativo estão disponíveis em:  
[www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim\\_do\\_legislativo.html](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim_do_legislativo.html)

Núcleo de Estudos  
e Pesquisas

Consultoria  
Legislativa



**Quadro V**  
**Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**

- i) erradicar a pobreza extrema e a fome;
- ii) fornecer educação primária universal;
- iii) promover isonomia de gênero e aumentar a autonomia da mulher;
- iv) reduzir taxa de mortalidade infantil;
- v) melhorar a saúde materna;
- vi) combater a AIDS, a malária e outras doenças;
- vii) assegurar sustentabilidade ambiental; e
- viii) desenvolver parcerias globais para o desenvolvimento.

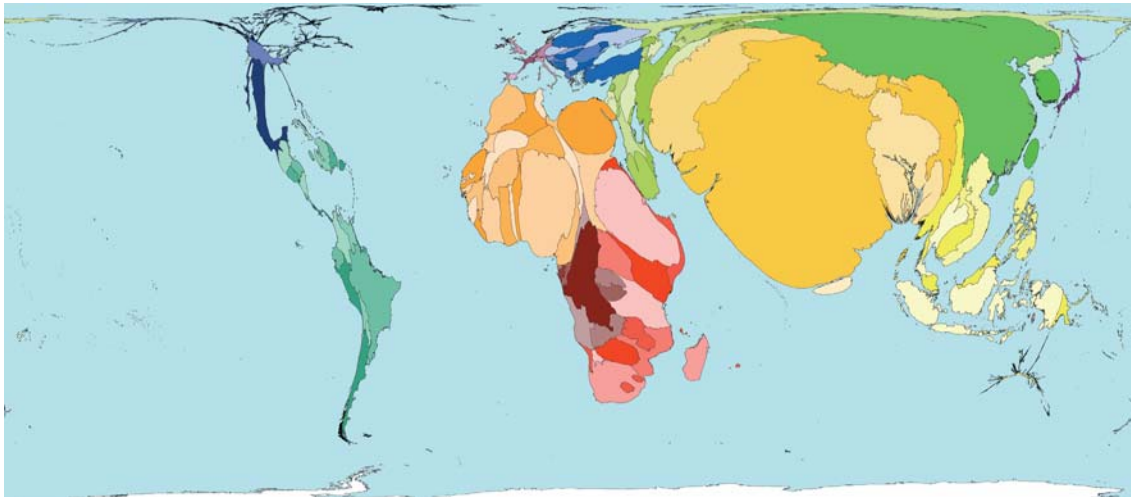
Fonte: Boletim do Legislativo nº 13, de 2012.

A erradicação da pobreza foi insculpida como maior desafio global do mundo e como um indispensável requisito para o desenvolvimento sustentável, que tem o homem como o centro da promoção econômica, social e ambiental, o que eleva a humanização como princípio a ser seguido nos modelos de desenvolvimento. O documento ressalta que um em cinco habitantes do planeta ainda vive em condição de extrema pobreza e que um em sete (14% das pessoas) são subnutridas<sup>11</sup>. A seguir, é apresentado gráfico mundial que mostra os países como proporção da população vivendo na pobreza sobre seus territórios<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Ver, entre outros, itens 2, 6, 21, 105 do Documento *The Future We Want*.

<sup>12</sup> Os mapas do Worldmapper (2012) mostram mapas em que os territórios dos países são redimensionados de acordo com a matéria de interesse. Nesse caso, o território de um país mostra a proporção mundial de pobreza existente no referido território. De um modo geral, quanto mais distorcido o gráfico, mais o país é afetado pela matéria de interesse estudada.

**Gráfico 1 – Pobreza Humana no mundo, 2002**



Fonte: Worldmapper (2012).

Sem dúvida alguma a renovação dos compromissos constitui decisão essencial para manter claros os conceitos e indicar os caminhos a serem seguidos no processo contínuo de negociação sobre o tema. No entanto, entende-se que foi uma pena não ficar insculpido o princípio da não regressão. Em uma das versões do documento havia menção a não regressão (*without regression*). No entanto, a versão final ficou estabelecido que é crítico o recuo dos países (*backtrack*) em relação aos compromissos da Rio 92<sup>13</sup>, o que nos parece pouco técnico.

Em uma série de temas foi reconhecida a sua importância, feita referência a compromissos previamente estabelecidos, destacados cronogramas de implementação, incentivadas boas práticas, fomentado o progresso na integração entre os países, entre outros. Mas pouco ou mesmo quase nada foi instituído no sentido de se avançar na implementação efetiva de políticas. Podem ser mencionados nesse rol: água e saneamento, turismo, transporte e cidades sustentáveis, saúde, emprego e proteção social, pequenas ilhas estatais em desenvolvimento, países menos desenvolvidos, países menos desenvolvidos sem acesso ao mar, África, esforços regionais, redução de risco de desastre, floresta, biodiversidade, desertificação, montanhas, químicos e lixo, mineração, educação, igualdade de gênero e fortalecimento do papel da mulher.

<sup>13</sup> Ver item 20 do Documento *The Future We Want*.



Embora isso seja o sentimento dominante, não se deve deixar passar despercebidas algumas nuances que podem fazer diferença, principalmente no longo prazo. Por exemplo, o princípio re-enfocado dos 3Rs (reduzir, reusar e reciclar) pode ser fortalecido pelos países para se obter melhores condições de desenvolvimento e de preservação.

#### **Quadro VI**

##### **Reciclagem e Desperdício**

O Pnuma reconhece na reciclagem de materiais brasileira exemplo para os países industrializados. Atualmente, cerca de 95% das latas de alumínio, 55% das garrafas plásticas e metade do volume de papel e vidro são reciclados no país. Por outro lado, alguns tipos de desperdícios ainda merecem um tratamento crucial. No caso da água para abastecimento, por exemplo, a referência seria Tóquio, cidade onde há menos desperdício, cerca de 2%. Em São Paulo, por exemplo, a perda chega a 20%. Relativamente ao quadro de cobertura do saneamento básico, entende-se que o cenário é igualmente temerário. Há uma baixa cobertura de atendimento nos países em desenvolvimento e ainda se verifica que 90% das doenças contagiosas são transmitidas por via hídrica.

Fonte: Boletins do Legislativo nºs 12 e 13, de 2012.

#### **Quadro VII**

##### **Recursos Hídricos**

Considerando a disponibilidade total de água no planeta, observa-se a existência de um volume da ordem de 1,4 bilhão de metros cúbicos, sendo que 99,22% estão nos mares, oceanos e calotas polares e apenas 0,78% (11 milhões de metros cúbicos) estão disponíveis para aproveitamento a depender do ciclo ecológico e grau de poluição.

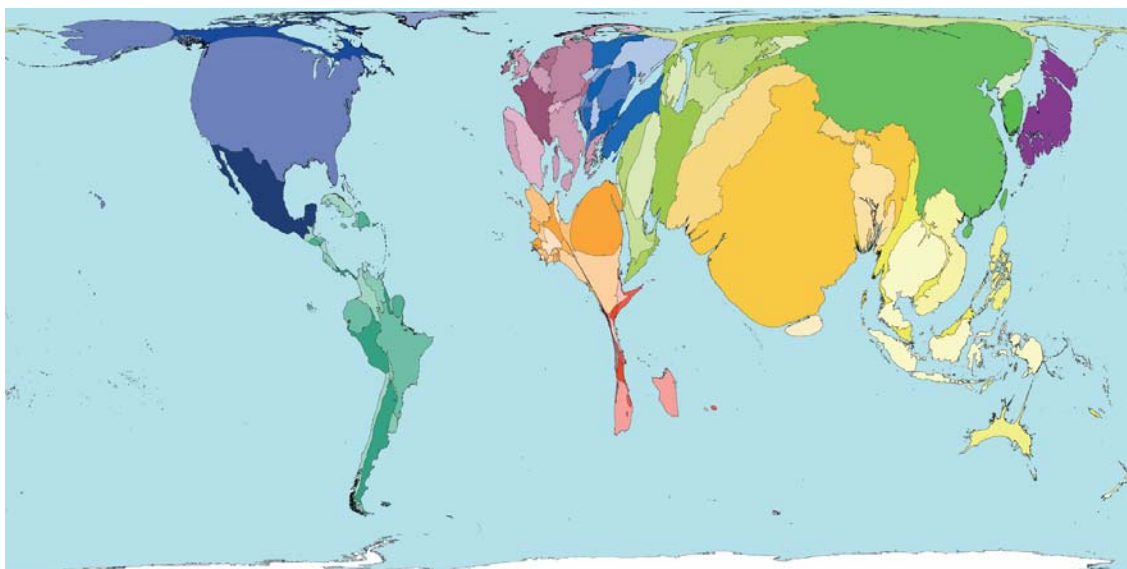
Do total utilizado, os países desenvolvidos desperdiçam cerca de 35%; o Brasil, 20%. A agricultura é responsável por 70% do consumo de água do planeta. Por outro lado, estimativas atuais indicam que 20% da população mundial não têm acesso a água potável e que 40% não dispõem de estrutura adequada para saneamento básico e higiene.

O Brasil dispõe de 12% da água superficial do planeta e 28% da reserva latino americana e, também, possui em parte do seu território o aquífero Guarani, com 1,2 milhão de quilômetros quadrados. Entretanto, a distribuição geográfica desses recursos – superficiais ou subterrâneos – é bastante irregular. A região Norte, com 8,3% da população, dispõe de 78% da água do País, enquanto o Nordeste, com 27,8% da população, tem 3,3%.

Fonte: Boletim do Legislativo nº 23, de 2012.

O gráfico a seguir indica os tamanhos dos territórios como proporção do uso mundial de água respectivo. O documento fonte indica que uma pessoa vivendo na África Central consome 2% da quantidade de água de uma pessoa vivendo na América do Norte.

**Gráfico 2 – Uso de Água no mundo, 2000**



Fonte: Worldmapper (2012).

### **Quadro VIII**

#### **Secas e Desertificação**

As secas, por sua vez, têm causado graves problemas tanto para o Oeste da África quanto para a faixa que estende do Oceano Atlântico ao Mar Vermelho daquele continente, numa largura que varia entre 500 e 700 km, e que é conhecida como faixa Sahel. As regiões semiáridas representam quase 1/3 da superfície do Planeta, abrigam mais de 1 bilhão de pessoas e são responsáveis por quase 22% da produção mundial de alimentos. São áreas importantes pela extensão de terras, pelo contingente populacional e potencial econômico envolvidos, assim como pelos desequilíbrios que podem provocar, quando mal manejadas, no clima e na biodiversidade. No Brasil, As áreas susceptíveis à desertificação representam 1.338.076 km<sup>2</sup> (15,72% do território brasileiro) e abrigam uma população de mais de 31,6 milhões de habitantes (18,65% da população do País). Em face dos dados descritos no parágrafo prévio, o Nordeste acaba sendo a região mais atingida pela escassez de água.

Fonte: Boletim do Legislativo nº 21, de 2012.

A questão da saúde da mulher, em especial, sua proteção em matéria sexual e reprodutiva, ganha pela primeira vez *status* impositivo internacional em um documento da ONU. O fortalecimento da infraestrutura de Hyogo para redução de risco de desastre, do Plano para Biodiversidade, Fórum sobre Florestas, o estabelecimento da educação sustentável para além da década da educação do desenvolvimento sustentável podem ser citados como balizadores de importantes políticas públicas.

### Quadro IX

#### Educação

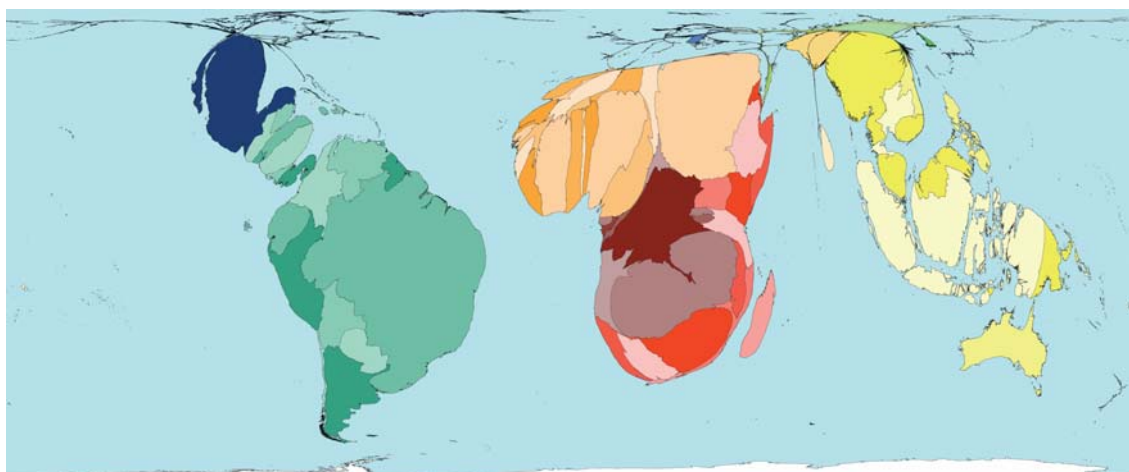
No caso da educação, os dados ainda são estonteantes: no mundo, em 2011, havia 793 milhões de jovens e adultos analfabetos e 67 milhões de crianças fora da escola; no Brasil, em 2010, 14 milhões de analfabetos, ou seja, 9,6% da população maior de 15 anos.

Além disso, mesmo para os que têm acesso a educação não significa recebimento de serviços de qualidade. As avaliações brasileiras indicam que pouco mais de 30% dos alunos do 5º ano obtiveram rendimento acima do mínimo esperado para sua série em língua portuguesa e matemática. No ensino médio, apenas 11% dos alunos ultrapassaram a pontuação esperada em matemática.

Fonte: Boletim do Legislativo nº 11, de 2012.

No caso das florestas, o documento foi tímido e avançou muito pouco. Estudos indicam que a perda de floresta e biodiversidade se acelerou nos últimos trinta anos. O gráfico seguinte mostra a área dos países como proporção da perda líquida de floresta ocorrida entre 1990 e 2000. Muita cautela tem que ser dada a figura, haja vista que alguns países desenvolvidos, que aparecem como menos predadores, já tinham dizimado suas florestas nativas quase por completo em 1990 e, por outro lado, houve, no período, grande pressão sobre os recursos naturais, nos países em desenvolvimento, devido à aceleração do desenvolvimento econômico.

**Gráfico 3 – Perda de Floresta no mundo, 1990 – 2000**



Fonte: Worldmapper (2012).

### **Quadro X**

#### **Florestas**

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em 2011, o Brasil foi o segundo país do mundo em preservação de florestas, ficando atrás apenas da Rússia que detém o dobro do território brasileiro: Rússia – 809,1 milhões de hectares em florestas; Brasil – 519,5 milhões de hectares em florestas.

No entanto, em termos percentuais (área da floresta dividida por área do país), os dados da *Global Forest Resource Assessment*, de 2010, mostram que o Brasil preserva mais em proporção do que a Rússia, ficando atrás do Congo, Suécia e Finlândia, estes dois últimos países com características econômicas e sociais bem diferenciados:

- Finlândia: 73% do território são florestas;
- Suécia: 73% do território são florestas;
- Congo: 68% do território são florestas;
- Brasil: 62% do território são florestas;
- Rússia: 49% do território são florestas.

A FAO afirma que 31% da área global é coberta por florestas, sendo que 8% das florestas mundiais se destinam à proteção do solo e da água e apenas cerca de 13% das florestas mundiais estão sob proteção legal.

Nenhum país do mundo dispõe de legislação similar à brasileira. De forma muito simplificada, não se encontra o uso de reserva legal, tampouco área de proteção permanente nas legislações de qualquer país estrangeiro, mesmo instrumentos congêneres.

Fonte: Senado Federal (2011)

Destarte, os prazos estabelecidos no documento final (2014, 2015 e 2020, entre outros) são indicativos de medidas a serem re-estudadas para essas matérias, reavaliadas e aprimoradas ao cabo de suas vigências. Portanto, nesse sentido, a menção nos referidos temas os mantém na pauta de debate mundial.

Havia, inicialmente, uma grande esperança de que fossem aprovadas contribuições para criação de um fundo para financiamento aos países em desenvolvimento para uma transição para uma Economia Verde ou mesmo para erradicação da pobreza.

### Quadro XI

#### Financiamento da Economia Verde

Dados do próprio Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) indicam que a estimativa de investimento para se promover a transição para a Economia Verde seria da ordem de 2% do Produto Nacional Bruto (PNB) do mundo ao ano (US\$ 1,3 trilhões) e que a meta de redução à metade da proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza (pessoas que vivem com US\$1 por dia e sofrem com restrição alimentar) até 2015 está fortemente ameaçada. Foi estimado que cerca de 60% desse volume de recursos deveriam ser utilizados em eficiência energética (prédios, indústrias e transporte) e produtos renováveis, e o restante em projetos de turismo, melhoria de qualidade de água, agricultura, pesca, tratamento de resíduos e ainda uma pequena parcela em florestas. Além disso, o Pnuma estimou que, no longo prazo, a Economia Verde seria mais rica que a “marrom”, apresentando PIB *per capita* superior em 2,4%, após 19 anos, e 13,9%, após 39 anos.

Fonte: Boletins do Legislativo nºs 2 e 12, de 2012.

Chegou a ser discutido na Rio+20 a criação de um fundo de US\$ 30 bilhões anuais para o desenvolvimento sustentável, mas mesmo sendo acanhada a proposta, foi rejeitada.

Sempre que se pensa em uma conferência internacional sobre meio ambiente, espera-se que sejam estabelecidas metas objetivas para melhoria do meio ambiente ou mesmo parâmetros mais eficazes para lidar com a poluição, o que não ocorreu<sup>14</sup>. Além disso, com respeito a compras públicas com critério ambiental, o documento final não estabeleceu critério para sua condução. Essa questão é particularmente importante para fomentar uma agricultura verde.

<sup>14</sup> Na esfera pública, esse é um sentimento de senso comum. Mas é importante ressaltar que a comunidade técnica e científica já detinha consciência das limitações para avanços quantitativos durante a Rio+20.

## Quadro XII

### Consumo dos Recursos Naturais

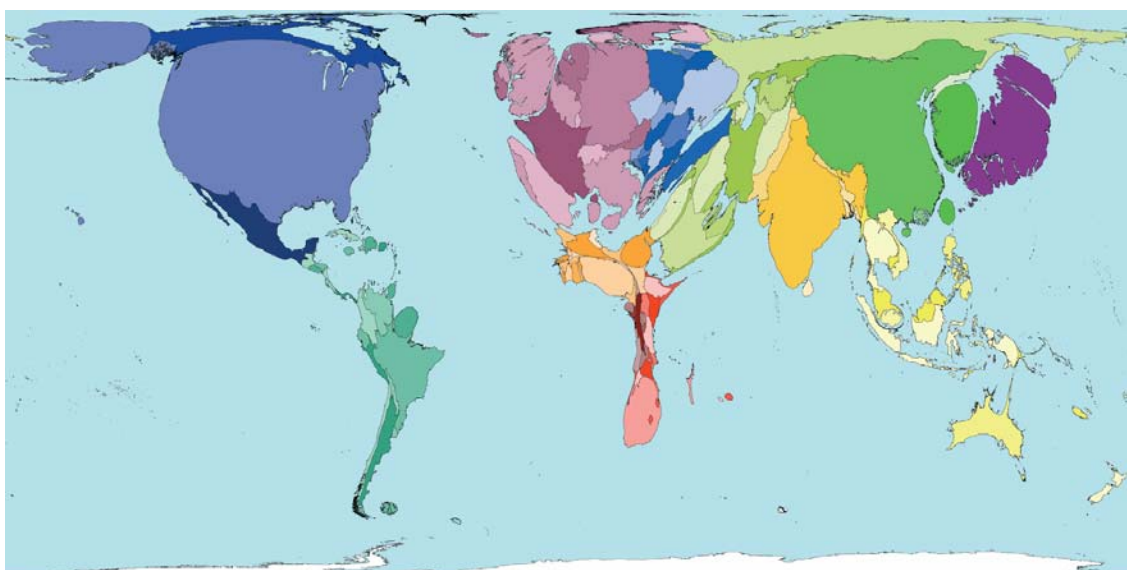
Dados do Fundo Mundial da Natureza, indicam que embora os países do hemisfério norte possuam um quinto da população do mundo, consomem 70% da energia, 75% dos metais e 85% da produção global de madeira. Para o hemisfério sul imitar esse padrão de consumo, seria necessário aumentar em dez vezes o consumo de combustíveis fósseis e em duzentas vezes o de recursos minerais. No documento, não se encontra meta de qualquer espécie.

Compras governamentais já respondem por até 10% PNB e podem ajudar a fomentar pequenos produtores, que poderiam financiar a obtenção de certificação (que tem alto custo relativo, e de pacotes de exportação de produtos verdes.

Fonte: Boletim do Legislativo nº 2, de 2012.

O gráfico a seguir mostra a área dos territórios como proporção de seus respectivos consumos de combustíveis. Seria de se esperar que países que utilizam mais combustíveis fósseis fossem mais duramente responsáveis por programas ambientais.

**Gráfico 4 – Uso de Combustíveis fósseis no mundo, 2001**



Fonte: Worldmapper (2012).

Considerando que os 10 maiores emissores de gases provocadores do efeito estufa respondem por um total superior a 67% das emissões anuais, seria de se aguardar que uma

Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal

CEP: 70165-900 — Brasília DF

Telefones: +55 (61) 3303.5879 / 5880

E-mail: [conlegestudos@senado.gov.br](mailto:conlegestudos@senado.gov.br)

Os boletins do Legislativo estão disponíveis em:  
[www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim\\_do\\_legislativo.html](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim_do_legislativo.html)

Núcleo de Estudos  
e Pesquisas

Consultoria  
Legislativa





parcela maior de responsabilidade recaísse sobre EUA, China, Índia, Rússia, Japão, Alemanha. Mas isso não só não ocorreu, como também não avançaram quaisquer propostas no sentido de que países com maior emissão acumulada tivessem que arcar com a recuperação dos danos ambientais do passado. O princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas foi reafirmado. No entanto, sua operacionalização depende de novas tratativas.

Foi aventada a possibilidade de se criar instrumentos financeiros para aquisição de direitos de propriedade para se colocar tecnologias no domínio público. O documento exorta a necessidade de se reduzir o desnível tecnológico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Assim, a questão da transferência de tecnologia ficou muito aquém e nenhum compromisso mais palpável foi alcançado<sup>15</sup>.

### Quadro XIII

#### Ciência, tecnologia e inovação (CT&I)

É de notório conhecimento público que os países desenvolvidos são os grandes produtores de tecnologia ao passo que os países em desenvolvimento têm dificuldade de acesso a inovação, por outro lado, os direitos de propriedade intelectual constituem-se em mecanismos de disseminação e promoção de invenções. Em grande escala, os efeitos dos projetos de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) são consequências de investimentos diretos. Em 2005, o Brasil investia 0,97% do Produto Interno Bruto (PIB) em atividades de CT&I; Suécia, 3,89%; Japão, 3,33%; EUA, 2,62%; Alemanha, 2,46%; Coreia do Sul, 2,99%, Taiwan, 2,52%, Cingapura, 2,36%; China, 1,34%.

Fonte: Boletim do Legislativo nº 10, de 2012.

Havia a expectativa de se transformar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) ou mesmo o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), em um contexto de reforma institucional da ONU, em uma espécie de agência para o meio ambiente<sup>16</sup>. A discussão não evoluiu e a decisão foi no sentido de fortalecer ambas as instituições,

<sup>15</sup> Ver item 48 do Documento *The Future we want*.

<sup>16</sup> O Boletim do Legislativo nº 3, de 2012, descreve as minuciosas da propostas que estavam sendo gestadas.



mantendo-se suas autonomias<sup>17</sup>, o que mostra como as propostas sobre a mesa não eram de fácil consenso.

No entanto, foi destacado que a reforma não deve ser um fim em si mesmo, mas um meio para se alcançar o desenvolvimento sustentável<sup>18</sup>. Além disso, a grande novidade foi a criação do Fórum Político de Alto Nível, com representação paritária dos membros, que irá acompanhar a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável de modo a evitar sobreposições existentes entre as estruturas, divisões e instituições considerando uma gestão efetiva de custos<sup>19</sup>.

Outra medida relacionada à reformulação institucional, mas mais ligada à questão financeira internacional, diz respeito à reforma das estruturas de governança, quotas e direitos de voto das Instituições de *Bretton Woods*<sup>20</sup>. O documento apoia uma maior participação dos países em desenvolvimento no processo de decisão e no estabelecimento de normas internacionais<sup>21</sup>.

O propalado debate entre Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável ficou enfraquecido em face da dificuldade de se definir com precisão os contornos do que seria de fato cada um desses conceitos. No entanto, ficou alçado que se entende que Economia Verde seria ferramenta de desenvolvimento sustentável em vez de ser estabelecida como novo modelo econômico substitutivo.

De modo simplificado, o novo conceito incluiria uma série de ações que busca desenvolvimento econômico, melhoria de bem-estar com inclusão social, mas com a incessante busca da preservação dos ecossistemas da terra. No teor do documento, seria tão somente uma ferramenta para se obter o desenvolvimento sustentável e que poderia prover opções para políticas públicas e não ser um conjunto rígido de regras<sup>22</sup>.

---

<sup>17</sup> Ver itens 83 (ECOSOC) e 88 (UNEP) do Documento *The Future we want*.

<sup>18</sup> Ver item 76 do Documento *The Future we want*.

<sup>19</sup> Ver itens 85 e 256 do Documento *The Future We Want*.

<sup>20</sup> Basicamente o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

<sup>21</sup> Ver item 92 do Documento *The Future We Want*.

<sup>22</sup> Ver item 56 do Documento *The Future We Want*.

Como forma de implementação, deve ser ressaltado que foram reafirmados os princípios da Eco 92, da Agenda 21 e, como forma de ação, o Plano de Implementação de Johannesburgo representa a estratégia de se incluir o desenvolvimento sustentável no compromisso a ser renovado no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a partir de 2015.

Por outro lado, essa nova modelagem não pode se constituir em meios arbitrários ou injustificáveis de discriminação ou restrição de comércio internacional, tampouco em justificativa para imposição de medidas unilaterais, de tarifação fronteiriça ou mesmo para criação de embargos pela existência de problemas ambientais globais, devendo as soluções serem encaminhadas com base no princípio do consenso internacional<sup>23</sup>. A liberação do comércio internacional teria efeito direto na distribuição de riqueza ao redor do mundo. Conforme relatório da ONU, estima-se que, se as nações desenvolvidas retirassem, por exemplo, o subsídio dado à produção de algodão em seus países, a renda real das nações integrantes da região da África subsaariana aumentaria em US\$150 milhões por ano<sup>24</sup>.

Em relação ao PIB Verde, a única decisão foi no sentido de continuar trabalhando para melhoria das estatísticas e para o aprimoramento da consideração ambiental no contexto de decisão de política pública. A definição de um indicador para medir sustentabilidade é algo extremamente complexo, em torno do que não existe consenso e, até o momento, o mais o recomendável tem sido utilizar a combinação de índices já existentes, como o PIB e o IDH<sup>25</sup>, com indicadores ambientais e sociais<sup>26</sup>.

O documento final reconheceu a necessidade de medidas mais abrangentes para complementar o PIB na tomada de decisões<sup>27</sup>. O componente ambiental ainda não ganhou destaque nas considerações qualitativas.

<sup>23</sup> O item 58 do Documento *The Future We Want* estabelece quais seriam os requisitos para o enquadramento da Economia Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável.

<sup>24</sup> Ver Boletim do Legislativo nº 6, de 2012.

<sup>25</sup> Índice de Desenvolvimento Humano.

<sup>26</sup> Ver Boletim do Legislativo nº 4, de 2012.

<sup>27</sup> Ver item 38 do Documento *The Future We Want*.

## Quadro XIV

### Empregos Verdes

O conceito de emprego verde procura sinergias que enfrentam questões de emprego, energia e meio ambiente. Alega-se que eletricidade renovável é associada à geração de 5 a 40 vezes mais empregos por MW do que tecnologias fósseis. O Pnuma sugere que o número de empregos verdes, no mundo, pode aumentar de 2,3 para 20 milhões de 2006 a 2030, o que implica um crescimento de 750 mil empregos verdes anuais por ano.

No Brasil, existem hoje cerca de três milhões de empregos verdes, o que corresponde a apenas 6,6% do total de postos de trabalho formais. Embora o País ainda esteja iniciando sua caminhada na área, os empregos verdes já crescem mais rapidamente que os demais. Estudo do Departamento de Criação de Empregos e Empresas Sustentáveis da OIT registrou alta de 26,73% na oferta de empregos verdes no Brasil entre 2006 e 2010, enquanto o total de vagas formais subiu 25,35%.

Fonte: Boletim do Legislativo nº 2, de 2012, e Brief nº 7, da Rio+20.

Para a questão da segurança alimentar e nutricional e da agricultura sustentável, o documento restringe-se a: renovar o compromisso com o direito a acesso seguro a alimento adequado, suficiente e nutritivo e ao direito de todos a não passarem fome; e a demandar revitalização do desenvolvimento agrícola e rural, principalmente em países em desenvolvimento de maneira econômica, social e ambientalmente correta, o que, em certa medida, considera sistema de oferta de semente tradicional<sup>28</sup>.

## Quadro XV

### Insegurança alimentar e Desenvolvimento Humano

Em 2009, foram detectados no Brasil 18,7% dos domicílios com insegurança alimentar leve; 6,5% com insegurança alimentar moderada; e 5,0% com insegurança alimentar grave. Nas regiões Norte e Nordeste os domicílios com insegurança alimentar grave ultrapassam os 9,2%.

A ONU aponta o Programa Fome Zero, conjugado com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como modelo por adquirir até 30% da produção da agricultura familiar, por fornecer merenda escolar para 47 milhões de crianças, por ter retirado 49 milhões de pessoas da pobreza e por buscar retirar outros 16 milhões de pessoas que ainda se encontram em estado de vulnerabilidade alimentar até 2014. Não é demais lembrar que os países desenvolvidos não têm cumprido a meta de aplicarem 0,7% do PIB em Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA)<sup>29</sup>.

Fonte: Boletins do Legislativo nºs 1, 13 e 14, de 2012

<sup>28</sup> Ver itens 108 a 111 do Documento *The Future we want*.

<sup>29</sup> Ver Boletim do Legislativo nº 1, de 2012.

Acerca da questão energética, o documento final destaca que há 1,4 bilhão de pessoas sem serviços de energia e encaminha o desejo de estender a cobertura energética, bem como balancear as matrizes energéticas com uso, entre outros, de energias renováveis, tecnologias de baixa emissão, sistemas mais eficientes e utilização de fontes de energias tradicionais<sup>30</sup>.

### **Quadro XVI** **Energias Renováveis**

No início do ano de 2011, acreditava-se que as energias renováveis poderiam atender a quase 80% do consumo mundial de energia a partir de 2050. Hoje, as energias renováveis respondem por cerca de 13% da produção mundial, mas menos de 2,5% de seu potencial é utilizado.

A hipótese mais pessimista do IPCC prevê uma participação de 15% em 2050, mas a maioria das projeções sinaliza para aumentos significativos dessa forma de geração, pois mais da metade delas mostram uma participação de pelo menos 17% em 2030, e 27% em 2050.

No mundo, em 2010, a matriz elétrica é formada majoritariamente por fonte não renováveis 80,9% (Térmica convencional – 67,3% e Nuclear – 13,6%), sendo de apenas 19,1% a parte renovável (Hidroelétrica – 16,3% e Outras 2,8%). No Brasil, a matriz elétrica é, ao contrário, formada por fontes renováveis, com uma taxa de 84% de renováveis (Hidroelétrica – 76% e Outras – 8%).

Tomando-se valores médios, observa-se que o Brasil tem uma matriz elétrica baseada em mais de 80% de fontes renováveis, enquanto o mundo teria somente 18%. Quando se considera a matriz energética total, O Brasil fica com cerca de 45% de fonte de energia renovável, ao passo que o mundo se situa em cerca de 13%.

Fonte: Boletim do Legislativo nº 16, de 2012.

No tema “Mares e Oceanos”, houve o reconhecimento e a renovação do compromisso de conservação e proteção dos mares e oceanos para o desenvolvimento sustentável. Há compromissos de se reduzir significativamente até 2025 os restos (lixos) nos mares e ampliar a proteção costeira. Houve nota específica sobre a elevação do nível dos mares, a erosão das costas, a revitalização e importância dos corais, a preocupação com

<sup>30</sup> Ver, por exemplo, itens 125 e 127 do Documento *The Future we want*.

vulnerabilidade dos mangues, com o excesso de pesca, com a utilização de técnicas inadequadas e, ainda, com os problemas de acidificação dos oceanos, sendo reforçado o compromisso de se atingir as metas do Plano de Implementação de Johannesburgo.

Além disso, foi reafirmada a meta de até 2020 se estabelecer áreas de proteção na porcentagem de 10% das costas e das áreas marítimas internacionais. Parece que com tais intenções foram dados passos firmes para estruturação de uma nova política para o tema, com razoável possibilidade de, no futuro não longínquo, elaboração de uma convenção específica para Oceanos e Mares. Esse foi, sem dúvida, um ponto muito positivo da Rio+20<sup>31</sup>.

### **Quadro XVII**

#### **Mares e Oceanos**

Oceanos compreendem cerca de 72% da superfície da terra, constituem importante suporte para vida, influenciam o clima e o ciclo hidrológico, além de proverem recursos vitais para o planeta. Em 2008, a pesca fornecia a 3 bilhões de pessoas pelo menos 15% de suas proteínas animais. Para esse mesmo ano, vendas de peixe e de plantas marinhas geraram US\$ 106 bilhões e a indústria da pesca proveu condições de vida para cerca de 540 milhões de pessoas, ou seja, 8% da população mundial.

Por outro lado, problemas têm aumentado muito. Estudos tem mostrado que desde a revolução industrial, oceanos tornaram-se 30% mais ácidos e previsões indicam que, por volta, de 2050, a acidez dos oceanos pode aumentar em 150%. Esse fenômeno dá poucas condições de adaptação para o ecossistema marinho e representa uma taxa de aumento que é 100 vezes mais rápida do que a mudança de acidez dos oceanos experimentada nos últimos 20 milhões de anos.

Além disso, cabe ressaltar que os recifes de corais tropicais oferecem habitat para 25% de todas as espécies marinhas conhecidas e constituem menos de 1% no ambiente marinho. Cerca de um quinto dos recifes de corais mundiais já estão danificados para além da capacidade de recuperação; que 90% estarão ameaçados por volta de 2030 e que todos os corais estarão em risco de extinção em 2050, se nenhuma medida for tomada. Entre as causas dessa situação estão: poluição, exploração de recursos e mudança climática.

Fonte: Brief nº 4, Rio+20

Em relação às Mudanças Climáticas, entende-se que foi positivo o entendimento de que o constante aumento da emissão de gases provocadores do efeito estufa acentua o

<sup>31</sup> Ver, por exemplo, itens 158, 163, 166, 168, 176 e 177 do Documento *The Future We Want*.

problema e que, em consequência, os impactos, como secas persistentes, eventos climáticos extremos, aumento do nível do mar, erosão costeira, acidificação dos oceanos, põem em risco a construção de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável.

Foi reafirmado o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e renovado o pedido para que se busque o caminho de emissão de gases consistente para que a temperatura média global se estabilize, até 2020, em 2°C de acréscimo (ou 1,5°C) com referência ao período pré-industrial.

Por fim, foi reafirmada a intenção de viabilizar o Fundo Climático Verde. Aqui também se entende que o tema foi bem tratado no documento final da Conferência. Era o que era possível se obter. Há uma grande dificuldade de implementação de medidas eficazes para se atingir tais metas e, também, um alto custo relacionado<sup>32</sup>.

### Quadro XVIII

#### Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

As emissões de GEE variam segundo taxas diferentes. No mundo, as emissões de CO<sub>2</sub> aumentaram cerca de 80% entre 1970 e 2004 e representaram 77% do total das emissões antrópicas de gases de efeito estufa (GEE)<sup>33</sup> em 2004. Em termos de CO<sub>2</sub>e (gás carbônico equivalente), os setores de energia, transporte e edificações são responsáveis, conjuntamente, por 46,9% das emissões globais de GEE; indústria por 19,4%; agricultura por 13,5%; florestas por 17,4%; e tratamento de resíduos por 2,8%. Percebe-se, portanto, que, em escala mundial, o maior desafio é reduzir as emissões decorrentes da queima de combustíveis fósseis para a geração de energia. O setor florestas, que inclui o desmatamento, é relativamente menos importante.

O perfil das emissões brasileiras de GEE difere significativamente do mundial. De acordo com a Segunda Comunicação Nacional do Brasil, a principal fonte de CO<sub>2</sub> continua sendo o setor “mudança de uso da terra e florestas”, que responde por 76,8% de todo o dióxido de carbono emitido, no Brasil, para a atmosfera.

Fonte: Boletim do Legislativo nº 18, de 2012

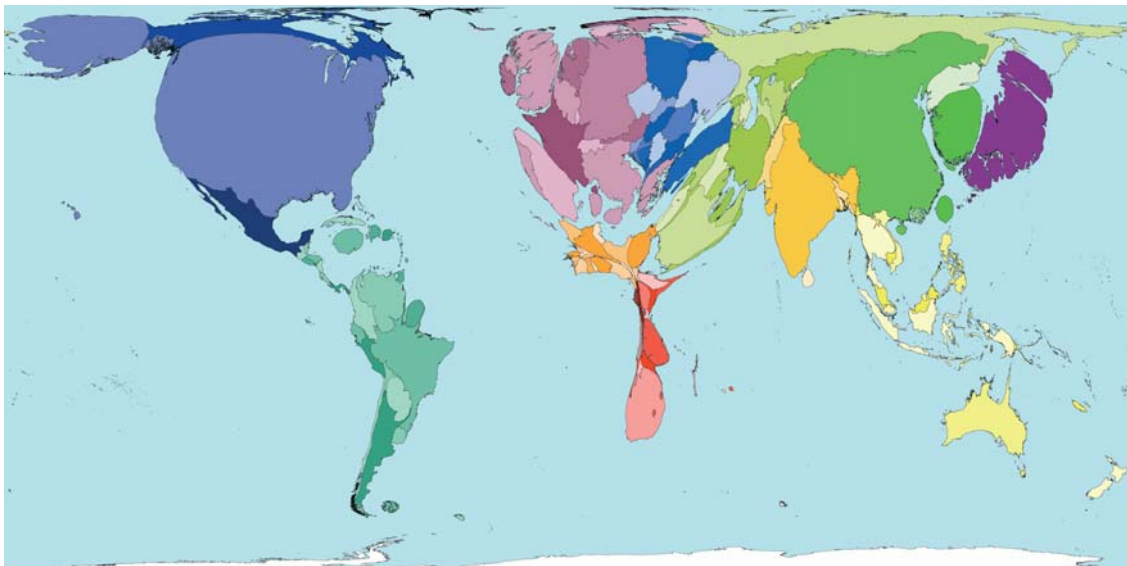
<sup>32</sup> Ver itens 190 e 191 do Documento *The Future we want*.

<sup>33</sup> Além do Dióxido de Carbono (CO<sub>2</sub>), o Protocolo de Quioto relaciona como gases de efeito estufa o metano (CH<sub>4</sub>), o Óxido Nitroso (N<sub>2</sub>O), os Hidrofluorcarbonos (HFC), os Perfluorcarbonos (PFC) e o Hexafluoreto de Enxofre (SF<sub>6</sub>).



O gráfico a seguir mostra os territórios como proporção de suas contribuições para emissão dos gases provocadores do efeito estufa.

**Gráfico 5 – Emissão de GEE no mundo, 2000**



Fonte: Worldmapper (2012).

## Quadro XIX

### Impactos das Mudanças Climáticas

Os dados indicam que um bilhão de pessoas continuam subnutridas no mundo, sendo cerca de 28% das crianças dos países de baixa renda (países com renda anual de até US\$ 1.005 *per capita*). Além disso, 925 milhões de pessoas são subnutridas em pouco mais de 6 bilhões de pessoas no planeta.

No caso do uso da água, a situação é igualmente preocupante: a agricultura atual é o setor que mais consome água fresca no mundo com cerca de 70% do uso global, incluindo água subterrânea. Ademais, 78% da população rural do mundo não têm acesso à água potável e 50% das casas nos países em desenvolvimento não têm água encanada e tratamento de esgotos. E ainda o Relatório de Desenvolvimento Mundial estima que cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso adequado à água potável, 1,6 bilhão enfrentam problemas de eletricidade e 3 bilhões não dispõem de serviços sanitários. Dados indicam ainda que operações agrícolas, fora mudanças de uso da terra, representam 13% das emissões dos gases provocadores do efeito estufa, além disso, o setor seria responsável por emissão de 58% e 47% de óxido nitroso e metano, respectivamente.



Conclui o Banco Mundial, nesse Relatório, que as mudanças climáticas têm afetado a produtividade em várias regiões do mundo, que esse fenômeno dificultará a solução desses problemas e que de 75% a 80% dos custos causados pelas mudanças climáticas recaem sobre os países em desenvolvimento.

Fonte: Boletim do Legislativo nº 22, de 2012.

Na questão do consumo e produção sustentáveis, foi reconhecida como fundamental a mudanças que as sociedades devam implementar para se alcançar o desenvolvimento sustentável, em especial o Programa Quadro de 10 anos<sup>34</sup>.

Além disso, os países reafirmaram os compromissos de eliminarem subsídios prejudiciais e ineficientes a combustíveis fósseis que encorajam o consumo sujo e põem em risco o desenvolvimento sustentável<sup>35</sup>. Apesar de tímida a atitude, pode-se considerar esse tópico como um ponto de partida para se incentivar a utilização mais racional de políticas públicas que utilizam recursos públicos para fomentar energias limpas<sup>36</sup>.

Por fim, cabe ressaltar que embora os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)<sup>37</sup> não tenham sido estabelecidos durante a Rio+20, foi dado início a um processo de discussão consistente do tema. Ficou estabelecido que, por ocasião da reavaliação das Nações Unidas para Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, serão incluídos os ODS.

Ademais, o tema deverá ser considerado e tratado coordenadamente na Agenda de Desenvolvimento pós-2015 e uma proposta de objetivos de desenvolvimento sustentável deverá ser submetida à sessão geral das Nações Unidas para consideração e ação apropriada.<sup>38</sup>

<sup>34</sup> *10 Year Framework Programmes (10YFP)*.

<sup>35</sup> Ver itens 224 e 225 do Documento *The Future We Want*.

<sup>36</sup> É bem verdade que a redução de IPI para compra de carros novos para fomentar o consumo e a redução da CIDE combustíveis para amenizar o impacto no preço da gasolina são contraexemplos de políticas baseadas nesses princípios recém aprovados na Rio+20.

<sup>37</sup> Sustainable Development Goals (SDG), em inglês.

<sup>38</sup> Ver itens 245, 246, 248 e 249 do Documento *The Future we want*.

## Quadro XX

### Dez Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável

- erradicação da pobreza extrema;
- segurança alimentar e nutricional;
- acesso a empregos adequados (socialmente justos e ambientalmente corretos);
- acesso a fontes adequadas de energia;
- equidade – intrageracional, intergeracional, entre países e dentro de cada país;
- gênero e empoderamento das mulheres;
- microempreendedorismo e microcrédito;
- inovação para a sustentabilidade;
- acesso a fontes adequadas de recursos hídricos; e
- adequação da pegada ecológica à capacidade de regeneração do planeta.

Fonte: Boletim do Legislativo nº 5, de 2012.

### III. Esperanças para além da Rio+20

Uma questão inicial que se põe como fundamental é entender que a crise financeira internacional pautou muitas estratégias e comportamentos dos agentes envolvidos nas negociações da Rio+20.

No entanto, entende-se que crises, mais fracas ou mais fortes, são cíclicas e sempre vão existir, mas que as questões ambientais, especialmente de mudança do clima e de comportamento de consumo e produção, são questões cruciais, que terão que ser enfrentadas pela humanidade que cresce a largos passos e que não dispõe de recursos ambientais suficientes para replicar o padrão de vida dos países desenvolvidos. Em outras palavras, crises passageiras dificultaram as negociações em confronto a temas ambientais perenes, que são essenciais à sobrevivência humana.

O desempenho da diplomacia brasileira merece igualmente destaque. Em um ambiente intrincado, com grandes disparidades entre os países, em que conceitos aparentemente simples ganham interpretações controversas, em que desequilíbrios financeiros encobrem intenções de não se assumir posições ambientais mais alinhadas com as metas

Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal

CEP: 70165-900 — Brasília DF

Telefones: +55 (61) 3303.5879 / 5880

E-mail: [conlegestudos@senado.gov.br](mailto:conlegestudos@senado.gov.br)

Os boletins do Legislativo estão disponíveis em:  
[www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim\\_do\\_legislativo.html](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim_do_legislativo.html)

Núcleo de Estudos  
e Pesquisas

Consultoria  
Legislativa



desejadas de desenvolvimento sustentável, a diplomacia brasileira amainou as controvérsias dos documentos em debate para que fosse possível a obtenção de um acordo.

Nessa linha, alguns membros da União Europeia e de alguns outros países desenvolvidos destilaram ácidas críticas à postura brasileira, que teria eliminado todas as disputas para se chegar um documento final chocho. Havia quem entendesse que não ter nenhum documento seria melhor do que o texto final aprovado. Por outro lado, outros agentes entenderam que a existência de um documento que sinalizasse um comportamento consistente com a direção de sustentabilidade seria mais profícuo e poderia gerar frutos futuros maiores do que “nada”. Em certa medida, ideia traduzida no pronunciamento do Ministro das Relações Exteriores brasileiro, Embaixador Antonio Patriota: *o que é melhor? Não ter texto negociado, sem concluir a negociação ou manter alguns objetivos que neste momento não são alcançados? Você está deixando oportunidades, janelas, para que eles sejam alcançados a partir de um processo que se instaura no Rio de Janeiro*<sup>39</sup>.

A grande crítica a primeira corrente recai exatamente no fato de que aqueles que mais reclamaram da atitude do Itamaraty foram os que mais obstaculizaram as negociações. A principal crítica à postura brasileira foi que se eliminou o debate das polêmicas, mesmo previamente à chegada dos chefes de Estado, e que alguma outra contribuição polêmica poderia ter sido incluída no documento.

A nosso ver, a diplomacia brasileira conduziu as discussões para um consenso mínimo que propiciou a assinatura de documento, que pode ser considerado o possível. Se houve um grande fiasco nesse processo, o que não parece ser tão claro assim, indubitavelmente, não se deve à participação brasileira na Convenção, mas ao conjunto de países das Nações Unidas que não puderam chegar a um acordo mais robusto. Além disso, o documento coordenado pela parte brasileira poderia ter sido alterado pelos Chefes de Estado, se assim o desejassem.

Uma crítica contundente à diplomacia brasileira fica focada no fato de o Brasil ter perdido a oportunidade de ter tido um papel de mais proeminência na Rio+20, distanciando-se de China, Índia e Rússia – grandes economias carbonizadas – e criando um caminho

---

<sup>39</sup> Ver O Globo (2012-B).

alternativo com adesão de países com interesse em uma matriz energética mais limpa, e não na condução das negociações do documento final da Rio+20.

Por certo, não se tampa o sol com a peneira, o documento poderia ter sido muito mais ousado. Diante do desafio de estabilizar o acréscimo de temperatura do planeta, de cortar emissão de gases provocadores do efeito estufa, de erradicar a pobreza e de mudar comportamento de produção e consumo da humanidade para um padrão de maior desenvolvimento sustentável, o rol de compromissos assumidos pode ser considerado, no mínimo, tímido. Jeffrey Sachs declarou: *chegamos a um ponto em que as mudanças em curso são muito sérias e estão piorando muito rapidamente. As pessoas não têm conhecimento de quão rápido o mundo está mudando. O que o parece administrável, pode não ser*<sup>40</sup>.

No entanto, o documento em vez de ser considerado o ponto de chegada, pode ser visto como o ponto de partida, como ressaltou a Presidente Dilma Rousseff, para os desafios de mudanças que estão por vir nas metas para os anos vindouros.

Ao fim da Rio 92, muitos analistas entendiam que a Conferência tinha sido limitada. Vinte anos depois, a análise é que seu potencial de estimular a criação de convenções, legislações, práticas foi ímpar ao ponto de haver poucas dúvidas de que já tenha havido qualquer outra cimeira de tamanha envergadura.

O resultado da Rio+20 parece ser mais do que uma carta de intenções, tem tudo para representar uma carta de atitudes com marco para além de 2015, e ainda tem o condão de manter a questão da governança corporativa, da erradicação da pobreza, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável na agenda do mundo.

Sob esse prisma, o principal legado da Rio+20 foi promover o debate, manter os temas na agenda mundial, renovar os compromissos assumidos em outros fóruns, encaminhar a continuidade das discussões, estabelecer metas para serem estabelecidas em vários temas (oceanos e mares, floresta, biodiversidade, desertificação, consumo sustentável, objetivos de desenvolvimento sustentável), fomentar a continuidade da construção do desenvolvimento

---

<sup>40</sup> Ver O Globo (2012-B)

sustentável, que se faz por meio de um conjunto complexo, articulado e progressivo de metas, ações, projetos, realizações e sonhos!

Nessa mesma linha, analistas que avaliaram os resultados da Rio+20 entendem que a promoção e popularização dos debates sobre sustentabilidade, economia verde, pesquisas em energia verde, redução de pobreza e sustentabilidade vão perdurar e constituirão um dos principais legados da Conferência<sup>41</sup>.

Para além disso, nunca é demais lembrar que durante a Rio+20 muitas metas voluntárias e promessas foram assumidas. Por certo, uma boa parte irá produzir resultados muito positivos para o meio ambiente e para vida das pessoas no mundo inteiro.

Por exemplo, a meta assumida pela Cúpula dos Prefeitos, formada pelos 59 prefeitos das maiores cidades do mundo, pode ser citada como um dos legados de sucesso da Conferência. As cidades integrantes do grupo comprometeram-se a reduzir em 12% as emissões de gases de efeito estufa até 2016, e ainda reduzir, até 2020, a emissão desses gases em 248 milhões de toneladas e em 1,3 bilhão de toneladas até 2030. Além disso, o lançamento do Centro Mundial de Desenvolvimento Sustentável, apelidado de Centro Rio+, que vai dar continuidade aos diálogos e decisões tomadas na Rio+20, com sede na cidade do Rio de Janeiro, pode produzir efeitos no longo prazo. No curto prazo, doações voluntárias para fortalecimento do Pnuma e para países menos desenvolvidos e sob risco foram medidas efetivas advindas da Rio+20.

A repórter da rede americana CNN, Mary Robinson, por sua vez, entende que a falta de liderança política mundial foi contrabalanceada pela vitalidade, determinação e comprometimento da sociedade civil e que o legado da Rio+20 não será meramente uma Declaração, mas sim a mobilização das pessoas para construir o mundo que elas desejam<sup>42</sup>.

Assim, o principal legado da Rio+20 pode ser no futuro, então, visto como o lançamento de uma plataforma de políticas públicas, legislações, mudanças de atitudes, ampliação de conscientização, construção de um novo mundo sem pobreza e com

---

<sup>41</sup> Ver O Globo (2012-C).

<sup>42</sup> Ver CNN (2012).

desenvolvimento sustentável. Grandes caminhadas começam com pequenos passos. Isso vai depender de nós, os seres humanos!

## **Bibliografia**

*Boletins do Legislativo nºs 1 a 25, de 2012.* Disponíveis em: [http://www.senado.gov.br/senado/conleg/Boletim\\_do\\_Legislativo.html](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/Boletim_do_Legislativo.html). Acesso em: 4/7/2012.

*Briefs nºs 1 a 15 – Rio+20.* Disponíveis em: <http://www.rio20.info/2012/objetivos-e-temas>. Acesso em 4/7/2012.

CNN (2012) *Was Rio+20 a failure of political leadership?* Disponível em: [http://edition.cnn.com/2012/06/26/world/americas/rio20-mary-robinson-failure/index.html?hpt=hp\\_c3](http://edition.cnn.com/2012/06/26/world/americas/rio20-mary-robinson-failure/index.html?hpt=hp_c3). Acesso em: 6/7/2012.

Cúpula Mundial dos Legisladores (2012). *World Summit of Legislators*, Disponível em: <http://www.globeinternational.org/>. Acesso em 26/6/2012.

Cúpula dos Povos (2012). Disponível em: <http://cupuladospovos.org.br/>. Acesso em 26/6/2012.

O Globo (2012-A) *Especial Rio+20*, edição impressa de 17/6/2012.

O Globo (2012-B) *Especial Rio+20*, edição impressa de 18/6/2012.

O Globo (2012-C) *Legado da Rio+20 vai muito além do documento técnico da conferência.* Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio20/legado-da-rio20-vai-muito-alem-do-documento-tecnico-da-conferencia-5379276>. Acesso em 6/7/2012.

Organização das Nações Unidas (2012-A). *The Future We Want*. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/rio20/thefuturewewant.html>. Acesso em 25/6/2012.

Organização das Nações Unidas (2012-B). *Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável – Sustainable Development Dialogue*, Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/rio20/sddialoguedays.html>. Acesso em 2/7/2012.

Rio Clima (2012). *The Rio Climate Challenge*, Disponível em: <http://www.brasilnoclima.org.br/>. Acesso em 26/6/2012.

Senado Federal (2011). *Em discussão!* Código Florestal – Nova lei busca produção com preservação. Ano 2, nº 9, dezembro de 2011.

Senado Federal (2012). *Em discussão!* Rio+20 – Em busca de um mundo sustentável. Ano 3, nº 11, junho de 2012.

*The Worldmapper* (2012). *The world as you've never seen it before*. Disponível em: <http://www.worldmapper.org/index.html>. Acesso em 2/7/2012<sup>43</sup>.

Wikipédia (2012). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/>. Acesso: 25/6/2012.

---

<sup>43</sup> Os direitos de propriedade (*copyright*) foi atendido, sobretudo em face do anúncio (*disclaimer*) seguinte fornecido de forma *on line* pelo site **Worldmapper**: *If you wish to use a few Worldmapper maps in a book or magazine, we consider that to be acceptable use and you do not need to contact us. Commercial companies providing resources for education are also free to use Worldmapper maps in their material (sic).*

Av. N2 Anexo "E" do Senado Federal

CEP: 70165-900 — Brasília DF

Telefones: +55 (61) 3303.5879 / 5880

E-mail: [conlegestudos@senado.gov.br](mailto:conlegestudos@senado.gov.br)

Os boletins do Legislativo estão disponíveis em:  
[www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim\\_do\\_legislativo.html](http://www.senado.gov.br/senado/conleg/boletim_do_legislativo.html)

Núcleo de Estudos  
e Pesquisas

Consultoria  
Legislativa

